



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL SUL DA PARAÍBA (CBH - LS)

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL SUL CBH-LS – 2025

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco às 08h30min. no Auditório do CONSEDER (Anexo ao DER), sito a Av. Duarte da Silveira, s/n, Torre Pb. Realizou-se a 2ª Reunião Ordinária para tratar da seguinte pauta: 1. Abertura; 2. Informes; 3. Aprovação da ata da 2ª Reunião Extraordinária do ano 2025; 4. Apresentação sobre o Projeto Corredor das Águas – SEMAS; 5. Apresentação do Projeto “Berço das Nascentes - Cirandando nas Origens do Rio Gramame” – UFPB e Escola Viva Olho do Tempo; 6. Programas previstos: No Plano Estadual de Recursos Hídricos e Planos de Bacias Hidrográficas do Litoral Sul – Lovânia Werlang - AESA; 7. Recondição dos Projetos Aprovados; 8. Palavra facultada; 9. Encerramento. Após a verificação de quórum, a Sra. Ana Cristina Sousa da Silva, abriu a reunião saudou a todos, agradeceu as presenças, se auto apresentou e passou a palavra para o Sr. Edielson Nunes dos Santos, primeiro secretário do CBH-LS, representante a Prefeitura municipal de Alhandra. Continuando a Sra. Ana Cristina justificou as ausências do vice-presidente, Sr. Izaias Romário Soares do Nascimento (representante da FAEPA) que está em missão de trabalho, bem como o segundo secretário Ivanildo Santana Duarte (representante da Olho do Tempo Escola Viva), que se encontra doente, agradeceu também a presença dos palestrantes da reunião a AESA, SEMAS e a ONG Y’ACANGA, que vai apresentar o projeto sobre o que está sendo feito em Gramame. Agradeceu também a Erik, que vai fazer a matéria, e a AESA, que trabalha com gestão participativa deste Comitê, desejou a todos uma reunião produtiva e passou a palavra para o Sr. Edielson Nunes, primeiro secretário que fez a leitura da Pauta e passou ao item 2. Informes A Sra. Ana Cristina informou que faltou a Apresentação do Projeto “Berço das Nascentes - Cirandando nas Origens do Rio Gramame” – UFPB, que será levado para aprovação nesta reunião, após a apresentação da SEMAS, continuando passou-se ao item 3. Aprovação da ata da 2ª Reunião Extraordinária de 2025, a Sra. Ana Cristina disse que será feita após a apresentação da SEMAS, já que o Sr. Otoniel Pedrosa de Alencar (Representante da CAGEPA) pediu um tempo para fazer a leitura. apresentou o Professor Hamílcar da Universidade Federal da Paraíba que trabalha com nascentes do Rio Gramame, que em 2010 teve um excelente projeto sobre nascentes e vai apresentar para o Comitê nesta reunião e está no projeto de extensão Berço das nascentes para recuperar esse conhecimento. Continuando convidou o Sr. Paulo Mendonça, Gerente Executivo de Nascentes da SEMAS (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade) para a apresentação sobre o Projeto Corredor das Águas, o mesmo iniciou contextualizando a nível de Comitê, onde esse Projeto está inserido: uma parte do grande projeto foi transformado em programa, a pedido do próprio Governador. Então, ele já está substanciado em outros itens do planejamento do governo do Estado, não é que ele foi criado, ele foi transformado em programa de forma difusa. A SEMAS só fez concentrar as ações que tinham dentro do planejamento da própria SEMAS com as intenções. O recurso já existe, é uma parte do recurso do planejamento da Secretaria de Meio Ambiente do Estado. A SEMAS alocou mais recursos com o governador e firmou parceria com a AESA para poder captar parte de recurso, hoje esse programa tem 10 milhões para iniciar e continua a busca de mais recursos no MDS e outras instituições para poder ir executando essas etapas. A base legal são todos os códigos de

46 meio ambiente, proteção de água, proteção de nascentes, uma resposta florestal, assim,
47 propriamente dito. E toda a base por trás dele, a parte de mudança climática, resíduos sólidos,
48 proteção de áreas protegidas, desnudo de reserva legal, como um todo. Inicialmente, é estruturado
49 em cinco projetos: Projetos de viveiros, não se pode falar de recuperação ambiental no estado da
50 Paraíba sem trabalhar os pontos primordiais que são coleta de sementes, porque isso funciona
51 como o coração de qualquer recuperação ambiental. O projeto Cidade Mais Verde é um projeto
52 de arborização urbana, onde o Estado busca auxiliar os municípios no planejamento e na
53 execução das ações de arborização urbana, na substituição das árvores exóticas. E toda essa
54 consonância, conversão, mudança climática, descarbonização, tudo o que a gente puder imaginar.
55 O projeto de lixo legal da parte de resíduos sólidos, é uma questão de regulamentação. As
56 prefeituras fecharam os seus lixões, estão fazendo a destinação correta dos resíduos, e grande
57 parte delas tem essa pendência de recuperar as áreas antigas dos lixões. O quarto projeto é o
58 Regulariza PB, que está iniciando em agosto/2025. Ele diz respeito à questão dos Cadastros
59 Ambientais - CA rurais, as pendências ambientais que tem, quer seja de reserva legal para serem
60 recuperadas, elaboração de prazos para começarem a ser executadas, e tudo mais, as propriedades
61 APPs, que são uma das maiores pendências que tem no local, dificulta que o pequeno proprietário
62 seja contemplado com o seu CA avaliado e regularizado. E por fim, o corredor das águas, que é
63 o alvo principal dessa reunião. O objetivo do corredor das águas tem diversos problemas, o
64 conhecimento de água, a proteção das margens de rios e nascentes, o projeto do Corredor das
65 Águas busca, incluir, conectar todos esses corpos hídricos com essas fontes de água, esse fluxo
66 genético que era para ocorrer. Então, ele está embasado nessa estruturação, desde o diagnóstico
67 dessas áreas que estão degradadas, ou seja, a gente vai trabalhar a nível de microbacia e tudo para
68 a microbacia. Identificando as áreas que estão degradadas, as áreas que precisam ter
69 reconformação dessas áreas, as nascentes que estão asfixiadas, porque as vezes elas não morrem,
70 a ideia é identificar todas essas pendências e começar a fazer esse trabalho por setor e vai em
71 conjunto do nosso bem natural, que seria as nascentes, até fechar com os proprietários, até fazer
72 a regularização deles. É um trabalho completo passando inclusive por outras atividades. Então a
73 ideia é reconectar esses ambientes, melhorar a qualidade de vida, que vai fomentando em cadeia
74 por ter essa restauração/essa recuperação. A fase 1 do projeto, precisa ser executado pelo litoral
75 norte e litoral sul. No litoral sul, tem, na bacia do rio Gramame e Rio Abiaí que está sendo
76 pensando essa execução. O objetivo dele é atingir o pequeno proprietário, possuidor, que o
77 Estado tem essa obrigação de auxiliar como um todo. Os povos originários acabaram entrando e
78 os proprietários, os beneficiários especiais, os quilombolas, e tudo mais esse é o público
79 envolvido. A grande ideia é trabalhar essa mobilização social, também, nas igrejas, Associações
80 de trabalhadores rurais, inclusive os comitês de bacia que têm grande capilaridade em diversos
81 setores, dessas bacias hidrográficas, ou seja, no litoral sul, vai ter que conversar sobre os projetos
82 que estão sendo embasados com o CBH-LS, com os professores da própria academia. A SEMAS
83 sempre dialoga com a academia que é algo fundamental. A ideia é sempre estar trabalhando com
84 a melhor formação que se tem para poder tomar essas decisões, isso envolve, inclusive,
85 capacitação com quem está no dia a dia na área. O exemplo do plano 1, onde ele vai ser
86 executado, já é um alinhamento da parceria com a AESA, a demanda a partir da consolidação e
87 do andamento dos projetos, vão haver 15 frentes, que vão ficar mais fraco o manuseio, começar
88 de um lado, está andando começa do outro. E à medida que for reforçando a equipe, tendo mais
89 condições, vai ampliando para que isso possa atingir todo o público necessário. Finalizando isso
90 foi só um resumo do projeto, agradeceu o convite e se colocou à disposição para dialogar sobre
91 qualquer dúvida sobre o assunto. A Sra. Lovania (AESA) complementou dizendo que esse

Convênio com a AESA tem a duração de quatro anos 2025 a 2028. Já está previsto a reserva de orçamentária desses recursos e o projeto Corredor das Águas desse convênio com a AESA já estar na PGE, para finalizar. Sr. Paulo Mendonça (SEMAS) disse que desse convenio com a AESA o Projeto já tem 4 milhões garantidos, um milhão e pouquinho por ano, para execução do projeto, ou seja, já tem mais 6 milhões de reserva desses recursos. A ideia é conseguir mais recursos para poder ir tocando o Projeto. Porque quando se trata de recuperação, o custo é um pouco elevado, principalmente em áreas que vão precisar de maquinário para formação de calha. O governo falou, que a ideia é que esse programa do projeto Corredor das Águas, seja um programa contínuo, até porque tem teste. O Sr. José Marinho de Lima (representante da SEDAP) no espaço temporal, nesse projeto que vai de 2025 a 2028, o Corredor das Águas, na bacia hidrográfica do Rio Paraíba, já demanda a um certo tempo, inclusive sendo executado. O Sr. Paulo Mendonça (SEMAS) disse que na verdade, está montando uma nova conjuntura. O que estava ocorrendo na bacia do Paraíba, era o Nascente Viva, que é como se já estivesse envolto a isso. O Nascente Viva, hoje tem diversos problemas. a SUDEMA costurou ali e saiu executando. Então a SEMAS pegou todos os projetos que tinham, reorganizou e transformou num programa. A SEMAS vai fazer a parte da legislação para poder amarrar para que isso não se desfça. O Sr. José Marinho disse que na realidade esse Programa ora apresentado, ainda está em fase de planejamento de execução, não se tem resultados ainda. O Sr. Paulo Mendonça (SEMAS) disse que está para iniciar a qualquer momento, já tem algumas discussões de campo e algumas atividades. Mas o executar ainda não. O Sr. Alfredo Nogueira da Silva Neto (ASPLAN) perguntou sobre a garantia que esse projeto seja implementado, porque as nascentes vivas foi um fracasso, não foi o que se esperava. Sr. Paulo Mendonça (SEMAS) disse que a partir do momento que estiver sendo executado o corredor das águas, estará também conversando com o regulariza e com o viveiro. O Sr. Edielson Nunes perguntou se já estão realizando reunião para a execução desse projeto. O Sr. Paulo Mendonça respondeu que sim, já tem um ano. Esse projeto está sendo apresentando agora para o CBH-LS, mas, o nascimento dele, as articulações da reserva de crédito vêm desde o ano 2024. Sr. Edielson Nunes perguntou como lidar com o meio ambiente no município. O Sr. Paulo Mendonça disse que vai chegar nos municípios também, nas associações, nos trabalhadores rurais, será feito contato com todos quando for fazer o diagnóstico como se fosse um mini orçamento democrático, escolher um município, as áreas mais críticas para iniciar porque, uma coisa pode ser o que a equipe enxerga, quando vai no município, outra coisa é o que estão pleiteando. Então, será apresentada tanto a nossa proposta, como escutar a Comunidade para poder decidir ali o que seria melhor. Então, a equipe vai fazer esse diálogo. O Sr. Edielson como Secretário de Meio Ambiente de Alhandra entregou a AESA através do CBH-LS uma lista com mais de 200 produtores rurais solicitando a calha do rio, mas a AESA informou que o rio é federal, não pode gastar o dinheiro naquele rio, mas se o rio é federal porque a AESA cobra a outorga. Outro ponto tem um projeto da CAGEPA sobre a construção de uma barragem que a tubulação vai passar pelo centro da cidade, o prefeito solicitou de contra partida o reflorestamento do rio Papocas que leva água para a translitorânea e Alhandra não pega uma gota dessa água e perguntou como ter acesso um acesso a esse Projeto. O Sr. Paulo Mendonça disse que esse diálogo com os municípios vai acontecer para identificar os tipos de demandas, vai ser por escala de municípios e depois ir “in loco” através de associações concentrar um grande número de proprietários. O Professor Gilson Moura representante da Prefeitura de Pitimbu, achou importante esse programa com cinco projetos, gostaria de saber de forma objetiva como pretendem executar esses projetos, vai ser a SUDEMA uma parte, a AESA outra, pretendem fazer parcerias, vão contratar empresas, as instituições de ensino (UFPB, IFPB e UEPB) vão

participar? Outra questão quantas nascentes até agora esse projeto Nascentes Viva já recuperou? O Sr. Paulo Mendonça disse que não tem esses dados da SUDEMA. Quanto a execução tem várias formas foi feito um edital específico de profissionais com certo perfil que selecionou profissionais para fazer o trabalho de campo, outra para escritório e processamento. Está aguardando o Governador fazer o ajuste da CIFRA. Tem parte específica que não dá para fazer edital é onde vai ser trabalhado junto com a academia. O próprio corredor das águas uma parte vai ser feito com contratação de empresa para executar e outras será feita convênios com instituições. A ideia é envolver o máximo de academia nesses projetos. O Sr. Josinaldo Francisco da Silva - representante da Cooperativa dos produtores e agricultores familiar da Paraíba, perguntou como está a relação desse projeto com os municípios, principalmente com os agricultores no tocante ao Corredor das águas. A muito tempo que este Comitê discute sobre os recursos provenientes das bacias nas bacias e é a primeira vez que o Comitê tem conhecimento desse projeto, os maiores interessados: municípios, produtores rurais, pessoal que trabalha no dia a dia com a questão ambiental e nunca ouviu falar sobre esse projeto. É um projeto excelente e deve ser debatido mais vezes neste Comitê. O Sr. Juan Paulo Mendonça disse que a ideia é ir “in loco” e trabalhar com a base. A Sra. Andrea Cartaxo - Gerente de Regulação da AESA e membro deste Comitê representando a AESA, sobre a fala do Sr. Edielson no que se refere a AESA está recebendo outorga do rio federal Papocas, disse que hoje a AESA não concede mais outorga com captação nesse rio, inclusive gostaria de saber de quem são essas outorgas federal que estão sendo paga a AESA, para que sejam cancelada no sistema. Hoje é colocado no Sistema Nacional de Recursos Hídricos onde consta a hidrografia se é federal ou estadual e quem dá a captação federal é a ANA – Agencia Nacional de Águas e Saneamento Básico, a AESA informa ao usuário para ele fazer contato com a ANA. O Sr. Edielson disse que quando solicitou a recuperação da calha do rio a AESA, foi informado que o rio era federal e que a AESA não podia fazer por ser federal, mas a AESA ainda não respondeu oficialmente ao Comitê. Continuando uma inversão de pauta a Sra. Ana Cristina agradeceu ao Sr. Paulo Mendonça pela a apresentação e passou ao item 2. Informes - na última quarta-feira (09/07/2025), a mesma participou da reunião do GET, sobre o Plano de Bacia, e que na última reunião do CBH-LS, surgiu algumas demandas e o Plano não foi aprovado, naquele momento, mais teve uma nova reunião e dentro da discussão teve a da cobrança de bacia, onde houve uma justificativo com revisão de lei, revisão de Plano de bacia e a cobrança vai entrar no documento do Plano, inclusive o Sr. Otoniel, membro deste Comitê, acompanhou também a discussão. Em relação as nascentes, este Comitê solicitou diversas vezes que as nascentes de Pedras de Fogo entrassem como ação emergencial, tanto na reunião do GET e naquela reunião do GET concordaram que as nascentes de Pedras de Fogo, vão entrar no programa prioritário e a partir de agora vai iniciar igualmente como as de Bananeiras não vai ter distinção, mesmo não sendo ação emergencial. A Diretoria Comitê do Litoral Sul solicitou através de ofício que essa reunião fosse gravada do GET fosse gravada e gerada memorial. Vai acontecer uma nova reunião com esse documento revisado e o Comitê vai convocar através de ofício para uma outra reunião ordinária. O Sr. Francisco José de Brito Sousa – Gerente Regional I, informou que algumas demandas solicitadas do Comitê que está sobre a sua responsabilidade e que ainda está com pendência uma é a empresa do rio Gramame, no trecho da Comunidade Mituassú que está tendo problema com a empresa para fazer a limpeza porque é uma escavadeira e a pessoa não conseguiu fornecer as orientações necessárias e não se consegue outra empresa para fazer esse serviço; A demanda do rio Mussuré já conversou com o pessoal da SUDEMA e já foi enviado ofício solicitando um levantamento de imagens aérea de determinados pontos tanto para segurança como para georreferenciar pontos e fazer a logística de entrada e saída. Isto foi

só para informar que a AESA não está parada. A Sra. Ana Cristina passou ao Item 5. Apresentação do Projeto “Berço das Nascentes - Cirandando nas Origens do Rio Gramame” - UFPB e Escola Viva Olho do Tempo. A apresentação iniciou com a apresentação das pessoas que estão a frente desse Projeto e a ONG O Prof. Joanes José de Pedras de Fogo-PB está fazendo um trabalho interdisciplinar com os estudantes e criou a ONG Y´ACANGA e iniciou apresentação as pessoas e instituições que estão à frente desse projeto vai apresentar os principais objetivos. A equipe é Prof. Hamilcar Jose de Oliveira é de Alagoa Grande-PB, Engenheiro civil e ambiental fez um projeto com edital do CNPQ, em parceria com a SEMARH com duração de três anos, trabalhou cinco nascentes, mas o trabalho não continuou ao final dos três anos. A Professora Ana Cristina juntamente com o Professor Hamilcar e Professor Joanes (Colégio municipal Waldecyr Cavalcanti e ONG YACANGA) e Ivanildo da (Escola Olho vivo do Tempo) criaram o projeto Berço das Nascentes cirandando nas origens do Gramame. Apresentou esse projeto, a Escola Olho vivo do Tempo já tem experiência de educação Ambiental. O principal objetivo do projeto é a integração da Comunidade que compõe a bacia, escolas e universidade que atua na bacia a apresentação demonstra como será o trabalho. O professor Joanes acrescentou que, em todas as pesquisas feitas, observou-se desencontro de informações sobre as nascentes em Pedras de Fogo, cerca de 70% das nascentes que se encontram na bacia do rio Gramame está localizada em Pedras de Fogo. Pensou-se em criar um projeto interdisciplinar e chamado detetive das águas, procurar essas nascentes e de forma interdisciplinar trazer essa coleta de informações para o local e fazer em sala de aula, aproveitar o conhecimento de português, matemática, geografia e trazê-las, conforme o projeto feito com o professor Bira em Juripiranga-PB, então viram que só com os estudantes não era possível fazer esse projeto então criaram uma ONG que pudesse se estender mais, fazendo com o estudante tivesse mais prazer em estudar, o objetivo maior é preservar, é procurar as nascentes, encontrou-se 15 pessoas, a maioria professores, o professor Jean já fez esse trabalho das nascentes em Pedras de Fogo juntamente com o professor Hamilcar e catalogaram 36 nascentes sabe-se que as nascentes de Pedras de Fogo estão quase todas deterioradas, a nascente cabelão está quase aterrada, hoje o que existe lá é o esgoto jorrando, lixo, vísceras de animais tudo jogado nesta nascente esse problema é sério e é o local mais urgente quanto a preservação dessa nascente. Outro grande problema é a cana-de-açúcar e todo o chorume desse lixo para a barragem de Gramame para a CAGEPA fazer o trabalho e abastecer a grande João Pessoa. As nascentes de Pedras de Fogo precisam de uma atenção urgente para que seja feito esse trabalho. O Sr. José Marinho perguntou se com essa poluição toda dentro do manancial de Gramame o tratamento que a CAGEPA faz da água elimina toda essa poluição deixando a água de boa qualidade para a população. O Sr. Otoniel disse que a CAGEPA faz o controle da água bruta para poder fornecer. O Professor Joanes disse que esse é apenas o problema de uma das nascentes. O trabalho está sendo iniciado e será pleiteado patrocínio da AESA, CAGEPA, SEMAS, UFPB, para a preservação dessas nascentes. A nascente do rio Gramame fica em Pedras de Fogo que ao seu redor é tomado por cana de açúcar, tem agrotóxicos, metais pesados, vinhaça e etc. Essa ONG foi criada com o objetivo de preservar/conservar e fiscalizar as nascentes. Continuando passou-se ao item 6. Programas previstos: No Plano Estadual de Recursos Hídricos e Planos de Bacias Hidrográficas do Litoral Sul – Lovânia Werlang – AESA – A Sra. Ana Cristina disse que no dia 16 de junho 2026 a Sra. Lovania encaminhou e-mail para a diretoria colegiada dos comitês que estava em processo de elaboração do plano de aplicação dos recursos do FERH para 2026 e solicitou aprovação desse processo para ver as demandas que podem ser incluídas nesse plano de aplicação. Nesta reunião será apresentado para o CBHLS o artigo 6 do decreto que trata sobre cobrança, que descreve as ações

que poderão ser financiadas com os recursos do FERH estadual, bem como os programas que constam no plano estadual de recursos hídricos que é outro critério, e o que deve ser observado e outros também estão nos programas que não estão finalizados ainda. Os programas que constam no plano das bacias litorâneas, principalmente do litoral sul. Mas esse ainda, se pode trabalhar algumas ações, mas ainda não está finalizado. Então abriu o primeiro o decreto, artigo 6. onde consta a lista de ações e programas que pode aplicar aos recursos do fundo estadual, que é um recurso advindo da cobrança. O artigo 6 diz que se pode usar os recursos nos programas de fiscalização, que são 99% são ações de gestão de recursos hídricos que a AESA exerce ou executa continuamente, diariamente. É fiscalização, elaboração de planos de bacia hidrográfica e o plano estadual; O sistema de informação, monitoramento, monitoramento da quantidade de água, são todos esses programas aqui ou essas ações. De A a K. e todos eles são ações, eles têm que estar no plano estadual de recursos hídricos ou nos planos de bacia. Alguma dúvida. Então esses aqui são os programas do decreto. Programas das bacias litorâneas. Então dentro dos programas do plano estadual, nós temos ações institucionais. Que são o programa de gestão de recursos hídricos, onde o plano estadual de recursos hídricos não é atribuição exclusivamente do órgão gestor de recursos hídricos e sim o Estado como um todo. Secretaria, meio ambiente, agricultura, prefeituras, inclusive ordenação urbana dos municípios, teriam que se basear no plano de recursos hídricos para poder fazer o ordenamento do município, a parte de infraestrutura de estradas, de pavimentação, tudo deveria ser levado em conta o plano de recursos hídricos, porque ele não é exclusivamente executado pelo órgão gestor de Estado, ou da execução de proteção de recursos hídricos, mas de toda uma infraestrutura que tem por trás. Então tem os que vão ser contemplados, diretamente e de forma contínua. Tem uma série de ações que serão feitos por várias instituições. O que contempla para a AESA, é o programa de segurança de barragem e o hidroagrícola que a AESA já faz isso de forma contínua. Tem uma série de ações de monitoramento a ser executada, mas não necessariamente pelo órgão gestor. Os de redução de perdas pela CAGEPA, agrotóxicos pela Secretaria de Agricultura, monitoramentos de qualidade do solo Secretaria de Agricultura. O que contempla para a AESA é o monitoramento de hidroclimático. Na verdade, ele é hidro meteorológico, mas a gente já tem um programa que é hidroagroclimático que é o SEIRA, já está implementado. E o monitoramento de qualidade de água que já tem o Qualiágua que está sendo executado. Esse programa de controle de operação de cheias a AESA faz e também os ambientais, conservação de recursos hídricos. Reestruturação de APP's. é atribuição da Secretaria de Meio Ambiente. Então a secretaria também precisa se basear nesse plano para poder executar os seus problemas. o combate à desertificação também é da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Então o que a AESA faz aqui é capacitação, como o programa Comitê nas Escolas, em parceria com os comitês, o de reuso de água também seria um programa mais notável, para fazer junto com a CAGEPA que é o reuso de água, principalmente dos resíduos, O combate à desertificação a Secretaria de Agricultura. Dentro desses programas do plano estadual, a atribuição da AESA, é executado continuamente, diariamente. Programas, que constam no plano das bacias do litoral sul - a AESA já executa, a educação ambiental, com muitas capacitações e interação muito grande nessa área; a redução da poluição difusa, já está contemplado nesse plano de 2025, que é o programa dos Biodigestores, que está bem avançado, com processo de captação das propostas; recuperação de mata ciliar é o do corredor das águas que vai ser contemplado; O de redução de poluição hídrica, tem o programa de biodigestores que já foi feito um programa para 4 anos, a cada ano vão ser 150 equipamentos a serem instalados, já divididos para as bacias e está na fase de aquisição das propostas dos equipamentos. A dificuldade é porque não tem representantes desses equipamentos na Paraíba,

a Projecta vende, mas só fornece em pequenas quantidades, então está se buscando empresas de fora como Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, e São Paulo. Mas eles fornecem uma parte não fornecem outra, a instalação dos equipamentos essas empresas não fazem, então a AESA vai comprar os equipamentos, fazer parceria com as prefeituras para fazer as instalações desses equipamentos sendo 15 para o litoral sul o restante instala em Pedra de Fogo que é a montante da barragem e início de toda a poluição, consequentemente, o comitê poderia definir onde instalaria o restante e assim sucessivamente, durante quatro anos será feito esse trabalho de proteção da redução de poluição difusa. O decreto mostra onde aplicar e executar os recursos. Muitas vezes os Comitês demandam ações e produtos que infelizmente a AESA não consegue atender porque não tem como justificar, por exemplo, como justificar a aquisição de um equipamento que a AESA não tem laboratório, nem obrigação de executar essa ação que é de outra secretaria, tem coisas que realmente a AESA não pode atender, mas está aqui para o Comitê decidir o que vai fazer. Provavelmente, dentro da programação e da nossa obrigação enquanto órgão gestor tem em torno de 10 programas que precisam ser executados dentro das bacias que são contínuos, vão ser contemplados dentro do plano de aplicação. O Professor. Gilson Moura disse que de fato é verdade a AESA não tem como justificar a aquisição de um equipamento se ela não tem laboratório isso provoca uma certa confusão porque não se tem um norteamento no comitê de apresentação de projetos, o pessoal da ONG quer fazer um belo trabalho com as nascentes em Pedras de Fogo que é um trabalho do estado, mas não tem como pegar recurso. O Sr. Edielson disse que a 3 anos que batalha neste comitê e não tinha como receber recurso para a bacia porque não tinha projetos, foi decidido em uma reunião de oficina e implantou-se essas condições para realizar projetos na bacia. Apresentou um projeto para recuperação da nascente coca cola era um valor baixo e até o momento nada foi resolvido. O Sr. José Marinho perguntou ao Professor Hamilcar o que ensejou a falta de interesse da UFPB de não continuar esse trabalho tão importante que é a recuperação de nascentes poluídas em Pedras de Fogo que leva água para o complexo Gramame/Mamuaba que abastece a grande João Pessoa. Para a Professora Ana Cristina o Sr. José Marinho disse que as pautas das reuniões são longas, mas esses assuntos de hoje merecia ter uma reunião específica para tratar cada um desses assuntos, mas colocar 4 assuntos com apresentações diversas e não ter discussão, é como se o Comitê tivesse a obrigação de cumprir só realização das reuniões e não sai encaminhamento dos assuntos tratados. A Sra. Ana Cristina disse que em relação ao FERH, ainda vai acontecer outra reunião, porque tem coisa que não está no plano. Essa reunião é a primeira do planejamento do Fundo. Em relação a cobrança, na justificativa de que não há responsabilidade da AESA, estes documentos apresentados por Lovania precisam ser revisados. A senhora Ana Cristina também disse que todas as demandas deliberadas para a aplicação do FERH foram enviados por ofício do CBH-LS para a AESA, inclusive abertura de edital de chamamento público, e é decisão do CBH-LS, se precisa tomar outras decisões sobre isso. O Plano de Recursos Hídricos, é preciso verificar essa atualização, e se for também necessário agendar uma reunião da Diretoria do CBHLS com a Diretoria da AESA, essa reunião de hoje é o ponto de partida para continuidade do próximo ano. O Sr. Marinho solicitou uma pauta menor para que tenham possibilidade de uma discussão mais profunda. O Professor Hamilcar respondendo a José Marinho - a Universidade não tem recurso para projetos, se tem que procurar recursos fora e as oportunidades que aparece nem sempre é naquilo que se pretende, exemplo o CNPQ disponibiliza edital universal, a concorrência é grande, o Brasil inteiro concorre, na época saiu esse edital específico com fundo do agronegócio foram contemplados com esse projeto por uma situação apenas de 3 anos então desenvolveram o projeto em Pedra de Fogo com a parceria da prefeitura e outras instituições, produtores rurais e delegou-

se esse projeto na fase final para que a prefeitura abraçasse junto com as secretarias para dar continuidade com apoio técnico não mais de recursos porque o prazo do edital do CNPq era apenas de 3 anos, o recurso do edital é limitado e tiveram que escolher algumas nascentes para trabalhar principalmente aquelas que tivessem fácil acesso escolheu-se Cabelão, Cacimba da Rosa que são duas da periferias urbanas Bela Rosa que é uma nascente muito bonita e Nova Aurora que tem um assentamento do Incra e a Fazendinha que está já mais para o Rio Paraíba, mas o projeto não teve continuidade, agradeceu a oportunidade e ficou à disposição. A Sra. Ana Cristina perguntou se há interesse das parcerias com a ASPLAN, e se o Comitê tem interesse em participar como parceiro desse projeto. O Sr. Alfredo disse que o apoio seria abraçar a causa para que esse projeto seja executado, para isso precisa de recurso, já existe trabalho de 2013 do professor Hamilcar, o foco principal é conseguir recurso para o que se deseja. É como o Sr. Edielson falou não existe uma forma elaborada pela a AESA ou pelo Comitê de como solicitar recurso para recuperar pelo menos 10 nascente em cada bacia. A importância do Comitê é lutar por essas causas que venha beneficiar a bacia, recuperação do meio ambiente é caro e longo. O Sr. Alfredo disse que o Comitê é deliberativo e não executivo, foi colocado o projeto de nascentes no plano e consta no decreto e passou ao item 3. Aprovação da ata da 2a Reunião Ordinária do ano 2025, após o Sr. Otoniel e o Sr. José Marinho terem feito uma pequena correção a Sra. Ana Cristina colocou a Ata para aprovação e a mesma foi aprovada. A Sra. Cristina disse para Alfredo, que o esforço inicial, foi conseguir que a recuperação de nascentes ficasse como programa no Plano de Bacia do Litoral Sul, aí o plano está institucionalizado, ele está elaborado, pronto para ser aprovado e o Comitê cobrar o que está no plano. O Sr. Joanes disse que o Projeto das nascentes de Pedras de Fogo não continuou porque o Prefeito não teve interesse. A Sra. Ana Cristina perguntou se o Comitê tinha interesse em ser parceiro do projeto Berço das Nascentes e colocou para deliberação e todos aceitaram. Nada mais havendo a tratar a Sra. Ana Cristina Souza da Silva (Presidente) agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. Eu Edielson Nunes dos Santos, 1º secretário geral, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será anexada a lista dos presentes.



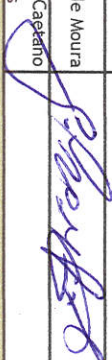
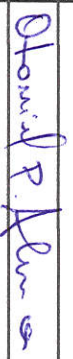
Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba - CBH-LS

LISTA DE PRESENÇA

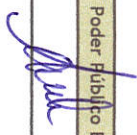
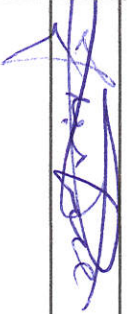
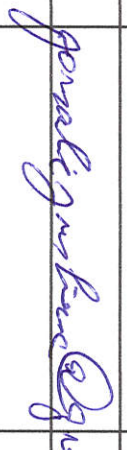
Assunto: 2ª Reunião Ordinária do CBH-LS do ano 2025

Data: 18/07/2025

Local: Auditório do COMSEDER Município: João Pessoa-PB

Poder Público Municipal						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	T	Prefeitura Municipal de Alhandra	Edilson Nunes dos Santos		EDILSONNUNES@HOTMAIL.COM	Alhandra
	S	Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo	Pablo Lima Santos			Pedras de Fogo
2	T	Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo	Ana Claudia Ferreira da Silva			Cruz do Espírito Santo
	S	Prefeitura Municipal de Conde	Walber Farias Marques			Conde
3	T	Prefeitura Municipal de Pitimbu	Glison Ferreira de Moura			Pitimbu
4	T	Prefeitura Municipal de João Pessoa	Pedro Henrique Capetani de Flores			João Pessoa
Usuários de Água						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	T	Agro Industrial Tabu S.A.	Mírian Flávia de Lira Miranda			Caaporã
2	T	Alpargatas S/A	Waldênio Barbosa da Silva			Santa Rita
	S	Coteminas S.A.	Júlio Saraiva Torres Filho			João Pessoa
3	T	Ana Paula Paulino de Santana	a mesma			Pitimbu
4	S	Edivaldo Xavier da Silva	o mesmo			
	T	Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA	Rodrigo Sérgio Amorim da Paz			João Pessoa
5	T	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA	Otoniel Pedroza de Alencar		Otoniel@cagepa.pb.gov.br	João Pessoa
6	T	CSN Cimentos Brasil S/A	Dorgival Ferreira da Silva Neto			Caaporã
7	T	Elizabeth Porcelanato Ltda	Thayse Silva de Moura			João Pessoa

8	T	Hidroenov Soluções Geológicas Ltda	Cinthya de Deus Souza			
9	T	Joabson Santos Nóbrega	o mesmo			
10	T	Usina Giasa Ltda	Luciano Alberto Lins Filho			Pedras de Fogo
Sociedade Civil						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	T	Associação de Plantadores de Cana da Paraíba - ASPLAN	Alfredo Nogueira da Silva Neto	Alfredo Nogueira S. NETO	alfredo@asplanpb.com.br	João Pessoa
	S	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais de Mata da Chica	Genil Domingos dos Santos			Conde
2	T	Associação Comunitária dos Moradores Quilombolas de Mituassu	Geisa Roberto da Paixão	Geisa Roberto Paixão	geisamulhateiro@uol.com.br	Conde
	S	Associação da Comunidade Negra de Ipiranga	Reinaldo dos Santos Monteiro			Conde
3	T	Associação de Agricultores de Mata de Garabú	Washington Monteiro Cabral	Washington M. Cabral	washingtonabral@hotmail.com	Conde
	S	Associação Conde Orgânico	Daniel Warella Pitsch			Conde
4	T	Congregação Holística da Paraíba - Escola Olho Vivo do Tempo	Ivanildo Santana Duarte			João Pessoa
	S	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Frei Anastácio	José Carlos Ferreira de Lima			Conde
5	T	Cooperativa dos Produtores e da Agricultura Familiar da Paraíba - COOPAF	Josinaldo Francisco da Silva	Josinaldo F.S.		Alhandra
	S	Cooperativa dos Produtores de Raízes e Tubérculos da Paraíba - INHAMECOOP-PB	Otoniel Vieira da Silva			Conde
6	T	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba - CREA-PB	José Walter Borborema Arcoverde			João Pessoa
	S	Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Alhandra	Francieleide Pereira Silva Cavalcante			Alhandra
7	T	Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba - FAEPA	Izaías Romário Soares do Nascimento	Izaías Romário Soares do Nascimento		João Pessoa
	S	Sindicato dos Produtores Rurais de Caaporã	Dácio Martins dos Santos			Caaporã
8	T	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Ana Cristina Souza da Silva			João Pessoa
	S	Instituto ECCUS-IECCUS	Icaro de França Albuquerque	Icaro de França Albuquerque		João Pessoa
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
Poder Público Federal						
	T	Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI	Nilton Almeida de Melo Júnior			João Pessoa

1	S	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Luís Wagner Ferreira Guimarães		João Pessoa
Poder Público Estadual					
1	T	Agência Executiva de Gestão das Águas - AESA	Andrea Lira Cartaxo		João Pessoa
	S	Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA	Taíssa Regis dos Santos		João Pessoa
	T	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP	José Marinho de Lira		João Pessoa
2	S	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba - EMPAER	Agnelo Augusto de Barros Campos		João Pessoa

Outros Participantes:

- 1- Juan Mendonça - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade - juan.mendonca@sema.pb.gov.br
- 2- Gláucio Dantas - VICE-RETOR GERAL - FERNANDES FERRAZ - PB
- 3- Adriano Ferreira da Costa, VICE-RETOR GERAL P. DE FOGO
- 4- Manoel Ferreira da Silva - Professor de Matemática e Biologia - VICE-RETOR GERAL P. DE FOGO
- 5- Maria Estagninella da Silva - Aluna UFPA
- 6- Deonirio Mendonça - AEst
- 7- Francisco José de Brito Sousa - AEst
- 8- Arthur Chanda - Aluno UFPA